



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



EMPRESA DE TREN URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TREN SURB
Empresa Pública - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

**DIRETORIA EXECUTIVA
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018**

Porto Alegre, 15 de Julho de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	30/06/2019	31/12/2018		NOTA	30/06/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	196.041.161	131.974.827	Fornecedores		25.504.260	22.520.674
Créditos pela venda de serviços	5	1.597.326	1.459.221	Impostos e taxas a recolher		283.657	320.714
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	10.503.470	7.355.653	Contribuições sociais a recolher		2.138.842	3.832.997
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	6.396.709	3.344.394	IRPJ/CSLL a Pagar	18	4.417.049	-
Adiantamento de fornecedores		61.618	61.617	Obrigações trabalhistas	14	19.786.459	13.473.291
Direitos a receber	8	271.959	240.338	Adiantamento de Clientes	15	783.332	1.392.698
Impostos a recuperar	21	5.789.458	8.810.380	Credores por convênios	16	735.584	562.622
Estoques	9	30.372.536	28.357.909	Credores por depósitos		92.193	92.193
Despesas do exercício seguinte		368.219	248.684	Plano de Previdencia - Deficit Atuarial	25c	150.734	469.307
		251.402.457	181.853.022	Provisão para contingências trabalhistas	17a	202.685.777	195.200.848
				Provisão para contingências cíveis	17b	20.307.567	24.862.823
						276.885.453	262.728.167
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	19.196.820	19.896.914
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	20a	366.149.752	375.625.837
Depósitos judiciais	10	20.264.610	19.401.863	Plano de Previdencia - Deficit Atuarial	25c	2.111.945	2.737.623
Débitos de empregados	7	277.296	277.296			387.458.517	398.260.374
Garantias à Juízo	11	26.744.982	23.629.854				
Penhora s/ receita própria	11	616.244	553.347	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
		47.903.808	43.863.035	Capital social		1.673.424.165	1.673.424.165
				Adiantamentos para aumento de capital	20a	23.000.721	-
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	Ajuste avaliação patrimonial	12b	37.264.186	38.623.191
Imobilizado	12	1.423.298.523	1.446.197.983	Prejuízos acumulados		(669.350.323)	(695.658.493)
Intangível	13	6.055.236	5.440.667			1.064.338.748	1.016.388.862
		1.429.376.454	1.451.661.347				
		1.477.280.262	1.495.524.381				
TOTAL DO ATIVO		1.728.682.718	1.677.377.404	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.728.682.718	1.677.377.404

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
RECEITA LÍQUIDA	22	46.554.513	82.949.001	39.716.036	67.224.631
Custo dos serviços prestados	23	(62.520.498)	(123.918.024)	(64.608.217)	(122.281.255)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(15.965.985)</u>	<u>(40.969.023)</u>	<u>(24.892.181)</u>	<u>(55.056.624)</u>
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(20.066.628)	(39.498.217)	(20.228.392)	(37.716.111)
Outras receitas e despesas		(4.807.739)	(3.955.650)	(8.296.410)	(30.650.367)
Condenações Trabalhistas		(1.117.162)	(1.117.162)	(1.720.112)	(1.720.112)
Provisão/reversão ações trabalhistas	17a	(7.373.605)	(8.366.341)	(7.257.393)	(29.934.789)
Provisão/reversão ações cíveis	17b	3.147.293	4.493.626	(162.302)	(211.945)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		535.735	1.034.228	843.397	1.216.480
		<u>(24.874.368)</u>	<u>(43.453.867)</u>	<u>(28.524.802)</u>	<u>(68.366.479)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(40.840.353)</u>	<u>(84.422.889)</u>	<u>(53.416.983)</u>	<u>(123.423.103)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		<u>(959.246)</u>	<u>(2.517.785)</u>	<u>(4.114.563)</u>	<u>(7.832.489)</u>
Receitas financeiras		4.619.949	8.061.778	1.242.220	2.863.069
Despesas financeiras	20a	(5.579.195)	(10.579.563)	(5.356.784)	(10.695.557)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	20b	58.855.237	118.509.680	155.605.878	196.137.918
RESULTADO OPERACIONAL		17.055.638	31.569.006	98.074.332	64.882.327
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.055.638	31.569.006	98.074.332	64.882.327
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO		(4.417.682)	(7.319.936)	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		12.637.957	24.249.071	98.074.332	64.882.327
Prejuízo por ação do capital social		<u>0,002</u>	<u>0,003</u>	<u>0,009</u>	<u>0,009</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

 EM 30 DE JUNHO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.673.424.165	41.341.201		(773.695.276)	941.070.090
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(1.359.005)	-	66.941.426	65.582.421
Lucro do exercício		-	-	-	64.882.327	64.882.327
Ajuste avaliação patrimonial		-	(1.359.005)	-	2.059.099	700.094
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	(2.059.099)	-	2.059.099	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	700.094	-	-	700.094
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2018		1.673.424.165	39.982.196	-	(706.753.849)	1.006.652.510
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.673.424.165	38.623.191	-	(695.658.493)	1.016.388.862
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	23.000.721	-	23.000.721
Recursos recebidos		-	-	23.000.721	-	23.000.721
Atualização financeira		-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(1.359.005)	-	26.308.169	24.949.164
Resultado do exercício		-	-	-	24.249.071	24.249.071
Ajuste avaliação patrimonial		-	(1.359.005)	-	2.059.099	700.094
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	(2.059.099)	-	2.059.099	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	700.094	-	-	700.094
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019		1.673.424.165	37.264.186	23.000.721	(669.350.323)	1.064.338.748

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.637.957	24.249.071	98.074.332	64.882.327
Depreciação do custo atribuído	1.029.549	2.059.099	1.029.549	2.059.099
Realização da Reserva do Custo Atribuído	(679.503)	(1.359.005)	(679.503)	(1.359.005)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	12.988.004	24.949.164	98.424.379	65.582.421

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30 DE JUNHO
(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		24.249.071	64.882.327
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		23.600.518	21.906.034
Baixa de bens do ativo imobilizado		-	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	10.543.488	10.671.677
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	17	3.872.715	30.146.734
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	20b	(118.509.680)	(196.137.918)
		<u>(56.243.889)</u>	<u>(68.531.146)</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(138.106)	(168.578)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(3.147.817)	(10.950.287)
Estoques		(2.014.627)	1.548.719
Tributos e Contribuições a Recuperar		3.020.922	(285.064)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(4.040.773)	9.570.844
Demais contas de Ativo		(3.203.472)	(2.915.512)
		<u>(9.523.873)</u>	<u>(3.199.878)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		2.983.585	6.820.092
Impostos e taxas a recolher		(5.772)	97.446
Contribuições sociais a recolher		139.207	392.795
IRPJ/CSLL a Pagar	18	4.417.049	-
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		4.448.521	4.310.676
Credores por convênios e depósitos		(436.404)	79.572
Plano de previdência e pensão a empregados		(944.251)	241.160
Contingências trabalhistas e cíveis	17	(943.042)	(105.724.869)
		9.658.893	(93.783.128)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(56.108.868)	(165.514.152)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(1.315.626)	(5.069.058)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		<u>(1.315.626)</u>	<u>(5.069.058)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	20a	2.981.148	3.758.162
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	20b	118.509.680	196.137.918
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		<u>121.490.828</u>	<u>199.896.080</u>
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	64.066.335	29.312.870
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		131.974.827	73.200.604
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		196.041.161	102.513.474

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



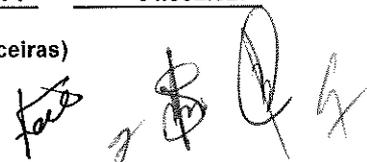
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita de prestação de serviços		81.266.245	65.391.292
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		1.854.277	2.020.208
Outras receitas e despesas (líquidas)		1.034.228	1.216.480
Provisões trabalhistas e cíveis		<u>(3.872.715)</u>	<u>(30.146.734)</u>
		80.282.035	38.481.245
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(6.328.228)	(5.797.386)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(47.116.316)	(47.535.223)
Perda na realização de ativos		-	-
		<u>(53.444.544)</u>	<u>(53.332.609)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		26.837.491	(14.851.363)
Depreciação e amortização		<u>(23.600.518)</u>	<u>(21.906.034)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		3.236.973	(36.757.397)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		118.509.680	196.137.918
Receitas financeiras		8.061.778	2.863.069
		<u>126.571.459</u>	<u>199.000.987</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>129.808.432</u>	<u>162.243.589</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		<u>129.808.432</u>	<u>162.243.589</u>
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		60.577.334	61.734.672
Benefícios		11.580.525	10.627.333
FGTS		4.958.228	4.987.827
		<u>77.116.087</u>	<u>77.349.832</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		16.737.505	8.167.665
Estaduais		73.046	92.972
Municipais		13.293	12.884
		<u>16.823.843</u>	<u>8.273.521</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		36.075	23.881
Aluguéis		1.039.868	1.042.352
		<u>1.075.944</u>	<u>1.066.233</u>
Juros sobre adiantamento de capital		<u>10.543.488</u>	<u>10.671.677</u>
Resultado retido		<u>24.249.071</u>	<u>64.882.327</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TRENSURB é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das sociedades por ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A empresa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A empresa possui fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção foram avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída quando aplicável provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta empresa.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	18.000	18.000
Valores em trânsito	1.076.966	1.093.949
Aplicações de liquidez imediata	194.946.195	130.862.878
	<u>196.041.161</u>	<u>131.974.827</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

O aumento do saldo da conta no período deve-se aos montantes arrecadados de recursos próprios que puderam ser aplicados, em razão do recebimento de subvenções do tesouro relativas a restos a pagar.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	682.649	576.511
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	914.677	882.710
	<u>1.597.326</u>	<u>1.459.221</u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito no montante de R\$ 286.317.

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITO DE EMPREGADOS

	30/06/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.552.422	-	3.005.510	-
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	90.067	-	113.244	-
Débitos de empregados	3.754.220	277.296	225.640	277.296
	6.396.709	277.296	3.344.394	277.296

a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. A provisão constituída é no montante de R\$ 37.666.

b) Débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pré e pós-pago de R\$ 19.913 (R\$ 49.393 em 31/12/2018) e não circulante R\$ 194.448 (R\$ 194.448 em 31/12/2018), já ajustados por provisão de R\$ 149.507 (R\$ 149.507 em 31/12/2018), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

No saldo da conta de Débitos de empregados no período de 30/06/2019 o montante de R\$ 3.622.824 referente a adiantamento de décimo terceiro salário ocorrido no mês de junho/2019.

8. DIREITOS A RECEBER

	30/06/2019	31/12/2018
Convênio Pessoal Cedido	3.518	32.308
Depósitos e Cauções	40.880	40.469
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros dev.	69.637	9.637
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	271.959	240.338

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal n°

11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como remota perda e R\$ 32.801 classificado como possível perda, pela área Jurídica da empresa.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs, incluindo os sobressalentes dos 15 novos trens adquiridos pela empresa, registrados no grupo de Material de TUES e Veículos.

Estoques de materiais de consumo	30/06/2019	31/12/2018
Material de TUES e Veículos	24.367.448	23.225.180
Material da Via Permanente	1.487.335	1.027.652
Sistemas operacionais	3.637.688	3.305.550
Peças e Acessórios de Equipamentos	77.963	-
Materiais de expediente e administrativos	802.102	799.527
	30.372.536	28.357.909

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/06/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais Cíveis	21.724	21.084
Depósitos Judiciais Trabalhistas	19.953.445	19.092.574
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	37.739	36.502
Processos Judiciais - Recursos Próprios	251.702	251.703
	20.264.610	19.401.863

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 616.244 (R\$ 553.347 em 31/12/2018) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo, que no período representam o valor de R\$ 26.744.982.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Depreciação (%)	Corrigido	Acumulada	30/06/2019	31/12/2018
Terrenos	-	41.917.389	-	41.917.389	41.917.389
Edificações, estações	4	252.816.255	(63.098.105)	189.718.150	175.413.445

e depósitos					
Obras de arte (passarelas e viadutos)	3	162.763.775	(65.265.710)	97.498.065	98.813.099
Via permanente	3	604.445.711	(111.734.796)	492.710.915	498.740.772
Sistemas operacionais	9	257.506.939	(89.856.140)	167.650.799	130.512.107
Veículos ferroviários/aeromóvel	5	366.131.651	(114.807.008)	251.324.643	256.014.965
Veículos rodoviários	33	868.143	(868.143)	-	6.479
Equip. processamento de dados	22	6.938.079	(5.137.032)	1.801.048	763.903
Equipamentos, máquinas e instrumentos	13	55.442.814	(40.329.751)	15.113.063	16.390.129
Instalações	11	15.583.958	(5.914.914)	9.669.044	5.425.386
Móveis e utensílios	10	9.507.261	(6.293.872)	3.213.389	3.105.501
Benfeitorias em bens de terceiros	17	14.091.449	(9.305.042)	4.786.407	4.951.714
Imobilizado em curso	-	147.832.571	-	147.832.571	214.080.054
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
		1.935.909.035	(512.610.513)	1.423.298.523	1.446.197.983

Movimentação	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.446.197.983	1.467.791.806
Adições	1.315.626	25.111.846
Baixas e Transferências	(1.584.049)	(4.614.488)
Depreciação	(22.631.037)	(42.091.179)
Saldo final	1.423.298.523	1.446.197.983

b) A empresa realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da empresa procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No 1º semestre de 2019 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 2.059.099 referente a depreciação e no valor de R\$ 700.094 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 37.264.185 (R\$ 38.623.191 em 31/12/2018) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 19.196.820 (R\$ 19.896.914 em 31/12/2018).

c) A Administração da Empresa através de relatório de teste de recuperação dos ativos emitido por especialistas em 02/01/2019, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”), conforme dispõe NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 327.350.069 1º semestre de 2019.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

Contas	Taxa anual amortização (%)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido 30/06/2019	Valor líquido 2018
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	12.491.558	(7.812.122)	4.679.436	4.064.867
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		13.898.230	(7.842.994)	6.055.236	5.440.667

Movimentação do trimestre	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial	5.440.667	7.148.978
Adições	-	16.000
Baixas e Transferências	1.584.049	-
Amortização	(969.481)	(1.724.310)
Saldo final	6.055.236	5.440.667

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2019	31/12/2018
Férias e Encargos	19.785.084	13.466.448
Outras Obrigações Trabalhistas	1.375	6.843
	19.786.459	13.473.291

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Credores p/ Venda Créditos	134.321	24.073
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	557.496	1.292.145
Adiantamento Clientes Comerciais	<u>91.515</u>	<u>76.480</u>
	783.332	1.392.698

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

16. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>30/06/2019</u>	<u>2018</u>
Convênios SESI/SENAI	174.292	150.232
Assistência Saúde	557.506	408.604
Credores Diversos	<u>3.786</u>	<u>3.786</u>
	735.584	562.622

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 200.998.988 (R\$ 193.471.301 em 31/12/2018), para ações de empregados e de R\$ 1.686.789 (R\$ 1.729.547 em 31/12/2018), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo no início do período	195.200.848	282.992.300
(+) Provisão	8.366.341	32.645.825
(-) Reversão	-	13.882.051
(-) Pagamentos	<u>881.412</u>	<u>106.555.226</u>
Saldo no final do período	202.685.777	195.200.848

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível compõe-se de R\$ 80.791.018 (R\$ 83.168.644 em 31/12/2018) sendo ações de empregados R\$ 74.556.694 e R\$ 6.234.324 ações de empregados de empresas terceirizadas.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da empresa, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2019 e 2018 está composta como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo no início do período	24.862.823	27.075.409
(+) Provisões/(-)Reversões	(4.493.626)	(2.123.868)
(-) Pagamentos	61.630	88.718
Saldo no final do período	<u>20.307.567</u>	<u>24.862.823</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível em 30/06/2019 é de R\$ 33.639.641 (R\$ 9.884.773 em 31/12/2018). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

18. IRPJ E CSLL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram calculados com base na apuração do Lucro Real Trimestral. Os valores apurados no segundo trimestre de IRPJ e CSLL foram:

	<u>30/06/2019</u>
IRPJ	3.225.039
CSLL	1.192.010
	<u>4.417.049</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 1.673.424.165 está representado por 7.118.868.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

<u>Composição Acionária em</u>	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
União Federal	7.110.409.591	99,8812	7.110.409.591	99,8812
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0919	6.543.949	0,0919
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0269	1.915.337	0,0269
Total	7.118.868.877	100,0000	7.118.868.877	100,0000

b) Prejuízos acumulados

O Saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 669.350.323 (R\$ 695.658.493 em 31/12/2018).

20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social e classificados no Passivo Não Circulante (R\$ 366.149.752). Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização e estão classificados no Patrimônio Líquido - Adiantamento para Aumento de Capital (R\$ 23.000.721).

O resultado da atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 10.543.488 (R\$ 10.671.677 em 30/06/2019).

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no primeiro semestre 2019 foi de R\$ 118.509.680 (R\$ 196.137.918 em 2018) composto a seguir:

Subvenção	30/06/2019	30/06/2018
Pessoal	70.857.056	71.895.813
Sentença	5.797.882	108.369.975
Custeio	41.854.742	15.872.130
	118.509.680	196.137.918

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da empresa está definido conforme Lei Orçamentária Anual - LOA/2019, número 13.808, de 15 de janeiro de 2019, e fixou a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2019 em R\$ 364.636.663. Deste valor, R\$ 163.636.280, são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 201.000.383 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	Lei Orçamentária	Recursos Próprios Fonte 250/280	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	168.936.541	13.636.280	155.300.261
Sentença	26.300.000	-	26.300.000
Custeio	149.400.122	130.000.000	19.400.122
Investimento	20.000.000	20.000.000	-
	364.636.663	163.636.280	201.000.383

21. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PASEP/COFINS	447	447
IRPJ	5.442.873	8.149.813
CSLL	279	4.407
ICMS	345.859	345.859
IRRF	-	309.854
	<u>5.789.458</u>	<u>8.810.380</u>

Existem prejuízos fiscais operacionais de R\$ 595.793.841 e bases negativas de CSLL de R\$ 624.036.957. Durante os períodos de 2018 e 2019, os saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasep e Cofins.

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	81.266.245	65.391.292
Aluguéis, arrendamentos e concessões	1.854.277	2.020.208
	<u>83.120.522</u>	<u>67.411.500</u>
Devolução de Vendas	-	-
Tributos sobre a receita bruta	<u>(171.521)</u>	<u>(186.869)</u>
	(171.521)	(186.869)
RECEITA LÍQUIDA	<u>82.949.001</u>	<u>67.224.631</u>

O aumento da receita proveniente do serviço de transporte metroviário deve-se ao reajuste da tarifa unitária a partir de fevereiro/2018 (R\$ 1,70 para R\$ 3,30) e março/2019 (R\$ 3,30 para R\$4,20).

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Pessoal e Encargos	54.818.834	55.091.719
Serviços de Terceiros	20.987.309	21.303.407
Consumo de Materiais	6.129.220	5.247.332
Energia de Tração	15.969.249	16.854.933
Serviços de Utilidade Pública	4.276.441	3.635.594

Depreciação	21.648.401	20.051.081
Outros Custos	88.570	97.189
	<u>123.918.024</u>	<u>122.281.255</u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Pessoal e Encargos	29.970.203	28.341.671
Serviços de Terceiros	4.540.463	4.504.185
Consumo de Materiais	199.007	550.055
Serviços de Utilidade Pública	758.899	671.309
Depreciação/ Amortização	1.952.117	1.854.953
Outras Despesas	2.077.528	1.793.938
	<u>39.498.217</u>	<u>37.716.111</u>

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício. Na fase ativa o plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

<u>Premissas Atuariais</u>	
Taxa de Juros Atuarial	4,5% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

<u>Ativos Líquidos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Patrimônio - P	61.956.677	54.554.451

Passivos Atuariais (Valor Presente)

Benefícios Concedidos – A	33.003.703	32.837.894
Benefícios a Conceder – B	34.288.822	27.305.032
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(4.963.877)	(5.516.926)
Patrocinadora - C1	(2.480.232)	(2.847.232)
Participante - C2	(66.967)	(74.379)
Assistidos - C3	(2.416.677)	(2.595.315)
Total das Provisões - D = A + B + C	62.328.648	54.625.999
Fundo Previdencial – E	104.830	31.732
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D – E	(476.801)	(103.281)
Valor do Ajuste de Precificação = G		948.469
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(476.801)	845.188

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2018, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 476.801,41, portando não haverá necessidade de equacionar o Plano. Ressalta-se, que com a alteração da Resolução MPS/CGPC Nº 26 de 2008 pela Resolução MTPS/CNPC Nº 22 de 2015, os planos de benefícios previdenciários só serão passíveis de equacionar déficits, se os mesmos ultrapassarem o limite que é estabelecido para cada plano. No caso do plano Trensurb Prev o limite de déficit é de R\$ 2.081.655,81, portanto só passaria por equacionamento de déficit ao longo de 2018 se o valor do equilíbrio técnico ajustado fosse superior ao valor citado.

A *duration* do plano foi de 10,82 anos no encerramento de 2018, logo o limite de déficit técnico acumulado corresponde a 6,82% da provisão matemática. As premissas atuariais não sofreram alterações em 2018. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 11,01% no ano, enquanto a meta atuarial (INPC + 4,50%) foi de 8,09%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida em 2,92%).

Quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014 e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 2%. O saldo devedor em 30/06/2019 é de R\$ 2.262.679 (Benefícios Concedidos), com prazo remanescente de amortização de 76 meses.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.26/2008.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no 1º semestre de 2018 e 2019 foram:

<u>Parte Relacionada</u>	<u>Contrato</u>	<u>Valor contratual</u>	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>
			<u>Recebidos até 30/06/2018</u>	<u>Recebidos até 30/06/2019</u>	<u>Pagos até 30/06/2018</u>	<u>Pagos até 30/06/2019</u>
Caixa Econômica Federal	01.120.031/2013	360.000	165.378	15.378	-	-
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	-	194.421	71.029
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	-	4.351	3.603
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-	-	-

<u>Administrador / Conselheiro</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Valores pagos até 30/06/2018</u>	<u>Valores pagos até 30/06/2019</u>
João Manoel da Cruz Simões	Ministério da Economia	53.916	46.733
Danilo Ferreira Gomes	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	41.057
Silvani Alves Pereira	Ministério do Desenvolvimento Regional	4.982	30.077
Reine Antônio Borges	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	23.489

Porto Alegre, 12 de Julho de 2019.


DAVID BORILLE
 Diretor Presidente
 CPF █ 858.700-█


GERALDO LUIS FELIPPE
 Diretor de Administração e Finanças
 CPF █ 129.910-█


EURICO DE CASTRO FARIA
 Diretor de Operações
 CPF █ 723.210-█


TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA
 Setor de Contabilidade e Patrimônio
 Contadora CRC/RS 090.987
 CPF █ 422.060-█


JAIR BERNARDO CORREA
 Gerência de Orçamento e Finanças
 CPF █ 204.900-█



RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

Diretores e aos Acionistas da

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. – TRENSURB

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.



Russell Bedford

taking you further

Outros Assuntos

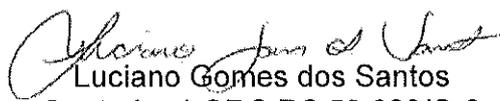
Os valores correspondentes ao período findo em 30 de junho e 31 de dezembro de 2018, foram anteriormente auditados por nós, com relatórios datados de 3 de agosto de 2018 e 8 de fevereiro de 2019, respectivamente, sem modificação na conclusão e opinião.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos.

São Paulo, 9 de agosto de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP


Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico